



Proc. Administrativo 23- 4.476/2026

De: Monica D. - SG-DC

Para: SDSH - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

Data: 04/09/2026 às 09:06:36

Setores envolvidos:

SG, SAJ, SF, SDSH, SAJ-PGM, SAJ-PGM-SGCJ, SF-DFP-DCT, SF-DFP-DPO, SDSH-DGSUAS, SDSH-DG-DGF, SDSH-DGSUAS-DEP, SG-DC, SDSH-GP, SDSH-CMA, SDSH-DG, OAF, SAJ-GS

17B - Kiko Beloni - Emenda Impositiva para ACES para a aquisição de equipamentos e utensílios permanentes para a cozinha e equipamentos e mobiliários permanentes

Prezados,

Encaminho o Termo de Fomento para as respectivas assinaturas.

Atenciosamente,

—

Monica Viviane Faria Dantas

Diretora de Convênios

Anexos:

17_26_ACES_4476_2026_completo.pdf

TERMO DE FOMENTO Nº 17/2026.

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS e a
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ ACOLHER CUIDAR ENSINAR
E SERVIR - ACES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA**

Pelo presente **TERMO DE FOMENTO**, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **FRANKLIN DUARTE DE LIMA**, inscrito no CPF sob nº 309.531.808-16 e pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação **CÉLIA CAMARGO LEÃO EDELMUTH**, inscrita no CPF sob nº 016.960.018-11, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ ACOLHER CUIDAR ENSINAR E SERVIR - ACES**, inscrito no CNPJ nº 29.501.992/0001.12, com sede na Rua João Previtalo, nº 170 – sala 6 e 7, Jardim Alto da Colina, CEP.: 13.272-315, representada por sua Presidente **CLARA NORONHA DE OLIVEIRA QUEIROZ**, inscrita no CPF nº 066.437.788-24, doravante designado simplesmente OSC, resolvem firmar o presente Termo, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 4.476/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem como objeto fomentar e qualificar a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV por meio da aquisição de equipamento de natureza permanente, através da Emenda impositiva Individual 17B, de autoria do Vereador Kiko Beloni, conforme aprovado pela Resolução nº 197 de 31 de julho de 2026 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independentemente de transcrição é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Subcláusula única. Eventuais ajustes no Plano de Trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo os partícipes pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto.

Subcláusula primeira. Além das obrigações constantes na legislação e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe ao **MUNICÍPIO** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I - promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;
- II - prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
- III - monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, através de diligências e visitas in loco, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados.
- IV - comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- V - analisar os relatórios de execução do objeto;
- VI - analisar os relatórios de execução financeira;
- VII - receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;
- VIII - instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- IX - designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 51-A.
- X - reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa

suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;

XI - prorrogar de “ofício” a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014, e § 1º;

XII - publicar, no Diário Municipal, extrato do Termo de Fomento;

XIII - divulgar informações referentes ao termo celebrado em dados abertos e acessíveis e manter, o instrumento celebrado e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV - exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução do termo, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

XV - informar à OSC os atos normativos e orientações do MUNICÍPIO que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

XVI - analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Fomento; e

XVII - aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos.

Subcláusula segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente Termo e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I - executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste Termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pelo MUNICÍPIO, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014;

II - zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

III - garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no

plano de trabalho, se for o caso;

IV - manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica, em instituição financeira pública, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

V - não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

VI - apresentar Relatório de Execução do Objeto, de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014;

VII - executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

VIII - prestar contas ao MUNICÍPIO, mensalmente e ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014;

IX - responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

X - permitir o livre acesso do gestor do termo, membros do Conselho de Política Pública da área, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do MUNICÍPIO, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento in loco e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

- quanto aos eventuais bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:

a) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

b) garantir sua guarda e manutenção;

c) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

d) arcar com todas as despesas referentes ao transportes, guarda, conservação e manutenção;

e) em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência ao MUNICÍPIO, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC; e

XI - por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XII - manter, durante a execução do termo, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII - manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV - garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

XV - incluir regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;

XVI - observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

XVII - divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014;

XVIII - submeter previamente ao MUNICÍPIO qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

XIX - responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XX - responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e das taxas de importação, de câmbio, aduaneiras e similares, relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública quanto à

inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto deste Termo ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Para a execução do projeto previsto neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

02.36.00 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

02.36.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0210.2.043 – Serviço de Proteção Básica

3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

Vínculo	Valor
08.804.2683	R\$ 80.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará, conforme cronograma realizado no Plano de Trabalho, em parcela única, de acordo com as metas previstas nesse Termo, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Fomento, o MUNICÍPIO e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Subcláusula primeira. Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Subcláusula segunda. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações: a descrição dos dados pessoais envolvidos; a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

Subcláusula terceira. Caso um dos Partícipes seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o Partícipe notificado deverá, imediatamente, comunicar ao outro Partícipe.

Subcláusula quarta. MUNICÍPIO e OSC se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o exaurimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro Partícipe contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do Partícipe, mediante a anonimização dos dados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO, sempre zelando e demonstrando economicidade e vantajosidade.

Subcláusula primeira. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório.

Subcláusula segunda. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas e comprovantes fiscais, com data, valor, nome

e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula terceira. A OSC deverá efetuar os pagamentos das despesas, devendo manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula quarta. Na gestão financeira, a OSC poderá:

- I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
- II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da OSC, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista; ou
- III - realizar quaisquer despesas necessárias à execução do objeto previstas no plano de trabalho.

Subcláusula quinto. É vedado à OSC:

- I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados a este Termo, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do MUNICÍPIO, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- IV- deixar de dar ampla transparência, inclusive na plataforma SGTS eletrônica, aos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos deste Termo, juntamente à divulgação dos cargos e valores.

Subcláusula sétima. É vedado ao MUNICÍPIO praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto deste Termo será acompanhada pelo MUNICÍPIO por meio de ações realizadas pela Comissão de monitoramento e avaliação, em caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular deste Termo.

Subcláusula primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento deste Termo, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas.

Subcláusula segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto deste Termo, o MUNICÍPIO:

- I – designa como gestor da parceria a Sra. Camila Marino Silva, CPF. 264.337.118-63, agente público responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
- II – designa como Comissão de monitoramento e avaliação, os seguintes servidores: Manassés Paula Campanha, CPF. 273.250.788-11, Solange Terezinha Akaboci Gambugge, CPF 061.613.548-37 e Kristiana Aparecida Daenekas, CPF 215.724.148-55, os quais serão responsáveis por monitorar e avaliar a parceria;
- III – emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso;
- IV – realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
- V – examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento;
- VI – poderá valer-se do apoio técnico de terceiros;
- VII – poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos;
- VIII – poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados,

incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação;

Subcláusula terceira. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III da Subcláusula segunda desta Cláusula, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Subcláusula quarta. A visita técnica in loco, de que trata o inciso IV da Subcláusula segunda desta Cláusula, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizada pelo MUNICIPIO, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas. A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica in loco.

Subcláusula quinta. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública.

O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas.

Subcláusula sexta. Havendo pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências, podendo a entidade opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento será extinto:

- I - por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- II - por consenso, antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III - por rescisão unilateral da parceria, nas seguintes hipóteses:
 - a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 - b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
 - c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior

a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

- d) violação da legislação aplicável;
- e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- f) malversação de recursos públicos;
- g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;
- j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação ao MUNICIPIO;
- k) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e devidamente autorizado;
- l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Subcláusula primeira. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Subcláusula segunda. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre os partícipes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Subcláusula primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I - nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia do MUNICIPIO; e

II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAIS BENS REMANESCENTES

Eventuais bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pelo MUNICIPIO são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

Subcláusula primeira. Eventuais bens patrimoniais deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida ao MUNICIPIO. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula segunda. Fica a OSC autorizada a realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada a sua utilidade para a realização ou a continuidade de ações de interesse social, após o prazo de 5 (cinco) anos.

Subcláusula terceira. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do

dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Subcláusula quarta. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes serão retirados pelo MUNICIPIO no prazo de noventa dias, contado da data de notificação da dissolução ou, alternativamente, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos será computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

Subcláusula quinta. Em exceção ao disposto no caput desta cláusula, os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da Administração Pública, para fins de assegurar a continuidade do objeto pactuado, por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EVENTUAL PROPRIEDADE INTELECTUAL

Caso os projetos realizados pela OSC com recursos públicos provenientes do Termo de Fomento deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultivares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a OSC terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens imateriais, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC deverá apresentar prestação de contas mensal, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

Subcláusula primeira. Para fins de prestação de contas mensal, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liberação de recursos para sua execução.

Subcláusula segunda. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Subcláusula terceira. O Relatório Parcial de Execução do Objeto conterá:

/ - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de

contas ou a justificativa para o não atingimento;

II - a descrição das ações (projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver; e

V- justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas.

Subcláusula quarta. O Relatório Parcial de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I - dos resultados já alcançados e seus benefícios;

II - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

III - do grau de satisfação do público-alvo; e

IV - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

Subcláusula quinta. As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

Subcláusula sexta. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, justificadamente, de ofício ou mediante solicitação, dispensar a OSC da observância do disposto na Subcláusula quinta.

Subcláusula sétima. O Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o extrato da conta bancária específica;

III - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma

mesma parcela da despesa;

IV - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

V - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Subcláusula oitava. A análise do Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula nona. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

Subcláusula décima. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

I/- sanar a irregularidade;

II/- cumprir a obrigação; ou

III/- apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Subcláusula décima primeira. O gestor da parceria avaliará o cumprimento do disposto na Subcláusula anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

Subcláusula décima segunda. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

Subcláusula décima terceira. Se persistir a irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

I - caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:

- a) devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
- b) a retenção das parcelas dos recursos; ou

II - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

- a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
- b) a instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

Subcláusula décima quarta. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de seu recebimento.

Subcláusula décima quinta. O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, sendo que as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

Subcláusula primeira. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas no período.

Subcláusula segunda. Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

Subcláusula terceira. O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

- I - a demonstração do alcance das metas no período, mediante comparativo com os

resultados alcançados, ou justificativa para o seu não atingimento;

II - a descrição das ações (projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

V - o comprovante de devolução de eventual saldo financeiro remanescente; e

Subcláusula quinta. O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I - dos resultados alcançados e seus benefícios;

II - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

III - do grau de satisfação do público-alvo; e

IV - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

Subcláusula sexta. As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

Subcláusula sétima. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, a ser inserido na plataforma SGTS ou outra designada pelo Município, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

I - Relatório Final de Execução do Objeto;

II - os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;

III - relatório de visita técnica **in loco**, quando houver; e

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

Subcláusula oitava. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, devendo mencionar os elementos referidos na Subcláusula quinta.

Subcláusula nona. Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, justificadamente, de ofício ou mediante solicitação, dispensar a OSC da observância da Subcláusula quinta.

Subcláusula décima. Na hipótese de a análise de que trata a Subcláusula sétima concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação, podendo ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Subcláusula décima primeira. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

- I - a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- III - o extrato da conta bancária específica;
- IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, os dados da OSC e do fornecedor e a indicação do produto ou serviço.

Subcláusula décima terceira. Nas hipóteses de descumprimento injustificado do alcance das metas ou evidência de irregularidade, de que trata a Subcláusula décima, os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

Subcláusula décima quarta. A análise do Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula décima quinta. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá:

a) quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

b) na análise de que trata a Subcláusula décima quarta, quando o valor da irregularidade for de pequeno vulto, exceto se houver comprovada má-fé.

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Subcláusula décima sexta. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, de que trata a Subcláusula oitava, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

Subcláusula décima sétima. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Subcláusula décima oitava. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Subcláusula décima nona. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar na plataforma as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula vigésima. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

Subcláusula vigésima primeira. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

Subcláusula vigésima segunda. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período.

Subcláusula vigésima terceira. O transcurso do prazo definido na Subcláusula anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Subcláusula vigésima quarta. Se o transcurso do prazo definido na Subcláusula vigésima segunda, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Subcláusula vigésima quinta. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão na plataforma SGTS ou outra designada pelo Município, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Subcláusula vigésima sexta. Os documentos incluídos pela OSC na plataforma SGTS, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

Subcláusula vigésima sétima. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014 e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa:

I – celebrar termo de ajustamento da conduta com a OSC;

II – aplicar, à OSC, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

Subcláusula primeira. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Subcláusula segunda. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública.

Subcláusula terceira. A sanção de declaração de inidoneidade para participar de chamamento público e celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo produzirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Valinhos, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Subcláusula quarta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão.

Subcláusula quinta. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da Administração Pública destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

Em razão do presente Termo de Fomento, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da Prefeitura Municipal de Valinhos.

Subcláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato nos Atos Oficiais do Município, a qual deverá ser providenciada pela Prefeitura Municipal de Valinhos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Valinhos-SP, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente ao presente instrumento e/ou contrato dela decorrente.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio dos seus representantes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Valinhos, 04 de setembro de 2026.

Pelo Município:

FRANKLIN DUARTE DE LIMA
Prefeito Municipal

CÉLIA CAMARGO LEÃO EDELMUTH
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

Pela OSC:

CLARA NORONHA DE OLIVEIRA QUEIROZ
Presidente

Testemunha:

1. **Tathiane Boldarini de Camargo**
CPF. 276.710.398-10

2. **Thiago Cabral Oliveira**
CPF. 343.988.438-41

Pela Gestão de Parcerias e Comissão de Monitoramento e Avaliação:

Camila Marino Silva
Gestora

Manassés Paula Campanha
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Solange T. A. Gambugge
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Kristiane Aparecida Daenekas
Comissão de Monitoramento e Avaliação

ANEXO RP-09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO CRISTÃ ACOLHER CUIDAR ENSINAR E SERVIR – ACES

TERMO DE FOMENTO Nº: 17/2026

OBJETO: fomentar e qualificar a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV por meio da aquisição de equipamento de natureza permanente, através da Emenda impositiva Individual 17B, de autoria do Vereador Kiko Beloni, conforme aprovado pela Resolução nº 197 de 31 de julho de 2026 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

VALOR REPASSADO: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

EXERCÍCIO: 2026

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos, bem como os processos das respectivas prestações de contas, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concedor e entidade beneficiária, bem como dos interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse nos prazos e nas formas legais e regimentais exercer o direito de defesa interpor recursos e o que mais couber.
- c) Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida;
- d) A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme §1º do artigo 30 da citada Lei.

Valinhos, 04 de setembro de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: **FRANKLIN DUARTE DE LIMA**

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 309.531.808-16

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: **CÉLIA CAMARGO LEÃO EDELMUTH**

Cargo: SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

CPF: 016.960.018-11

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: **CLARA NORONHA DE OLIVEIRA QUEIROZ**

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 066.437.788-24

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: **CÉLIA CAMARGO LEÃO EDELMUTH**

Cargo: SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

CPF: 016.960.018-11

Assinatura: _____

Nome: **CAMILA MARINO SILVA**

Cargo: GESTORA DE PARCERIAS

CPF: 264.337.118-63

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: **CLARA NORONHA DE OLIVEIRA QUEIROZ**

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 066.437.788-24

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Comissão de Monitoramento e Avaliação

Nome: Kristiane Aparecida Daenekas

Cargo: Agente Administrativo II

CPF: 215.724.148-55

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Comissão de Monitoramento e Avaliação

Nome: Manassés Paula Campanha

Cargo: Assistente Social

CPF: 273.250.788-11

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Comissão de Monitoramento e Avaliação

Nome: Solange Terezinha Akaboci Gambugge

Cargo: Assistente Social

CPF: 061.613.548-37

Assinatura: _____

Plano de Trabalho - Emenda Vereador Kiko Beloni - Projeto Casa Digna

Modelo de Plano de Trabalho a ser preenchido (não serão aceitos Planos de Trabalho em outros formatos)**I – Identificação da OSC Proponente**

1 Nome da OSC Proponente: Associação Cristã Acolher Cuidar Ensinar E Servir
1.2 Endereço: R João Prevital, 170, sala 6 e 7, Jd. Alto da Boa Vista, CEP 13.272-315, Valinhos, SP
1.3 Telefone: 19 995286680
1.4 Website oficial da instituição (ou rede social): <https://www.acesbrasil.org.br/>
1.5 e-mail da OSC: aces.valinhos@gmail.com
1.6 CNPJ: 29501992/0001-12

II – Responsável pela OSC Proponente

Nome: Clara Noronha de Oliveira Queiroz
CPF: 06643778824
Data de Nascimento: 30/06/1964
Telefone: 19 986031823
E-mail institucional: clara@acesbrasil.org.br
Cargo: Presidente

III – Responsável Técnico pelo Plano de Trabalho e Execução do Projeto

Nome: Alsimir Muzel Abuchain Araújo
CPF: 378.181.121.20
Data de Nascimento: 22/11/1967
Telefone: 19 991123776
E-mail institucional: alsimirmuzel@gmail.com
Cargo: coordenação técnica
Formação: nível superior

IV – Dados da Emenda

Nome do Propositor da Emenda: Vereador Kiko Beloni
Número da Emenda: _____
Ano de Execução da Emenda: 2026
Valor da Emenda: R\$80.000,00 (oitenta mil reais)

V – Identificação do Objeto**5.1 Objeto da Parceria:**

O Objeto do presente Termo é fomentar e qualificar a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV por meio da aquisição de equipamento de natureza permanente.

5.2 Área de Abrangência:

Municipal, com prioridade para a região do CRAS São Marcos

5.3 Público-alvo do Projeto:

30 Crianças e adolescentes de ambos os sexos, prioritariamente as que apresentem as situações abaixo descritas na Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais e na Resolução CNAS 01/2013:

- Crianças em situação de Trabalho infantil;
- Crianças em situação de Vivência de violência e, ou negligência;
- Crianças em situação de Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Crianças em situação de Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ ACOLHER CUIDAR ENSINAR E SERVIR - www.acesbrasil.org.br
R. João Prevital, 170, sala 6 e 7, Jd. Alto da Boa Vista, CEP 13.273-315, Valinhos, SP.
CNPJ 29.501.992/0001-12 CNAE 88.00-6-00 Email: aces.valinhos@gmail.com

- Crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças cujas famílias têm precário acesso à renda e a serviços públicos

5.4 Número de Beneficiários do Projeto:

30 crianças e adolescentes

VI – Justificativa do Projeto (Descrição da Realidade Que Será Objeto da Parceria)

A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ ACOLHER CUIDAR ENSINAR E SERVIR - ACES está localizada no município de Valinhos que integra a Região Metropolitana de Campinas (composta por 20 cidades) e no Estado de São Paulo (645 municípios). O município ocupa área de 148,54 km² e é o 7º mais populoso da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Segundo o censo 2022/IBGE sua população é de 126.325 pessoas. Com relação a renda, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, (público-alvo do projeto) tinha 27.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 555 de 645 dentre as cidades do estado.

A realidade territorial na qual a OSC se insere, a Macrorregião IV, composta por mais de 50 bairros, segundo o Plano de Ação do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Valinhos).

Embora o município de Valinhos/SP apresente elevados indicadores de desenvolvimento humano e ampla cobertura educacional, os dados revelam a existência de um contingente expressivo de famílias em situação de vulnerabilidade social, evidenciado pelas mais de 7 mil famílias inscritas no Cadastro Único e pelas mais de 3 mil beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esse cenário demonstra que a desigualdade social no território não se manifesta de forma generalizada, mas sim concentrada, impactando diretamente crianças e adolescentes expostos a riscos como fragilidade de vínculos familiares, insegurança de renda e possíveis situações de trabalho infantil e evasão escolar.

Indicativos de vulnerabilidade social no território, a realidade local aponta:

- Existência de famílias com renda de até 1/4 do salário mínimo (CadÚnico)
- Demanda ativa por serviços do CRAS e assistência social
- Dependência de benefícios para manutenção da renda familiar

Esses elementos caracterizam vulnerabilidade social estrutural, especialmente em:

- territórios periféricos
- famílias com crianças
- situações de fragilidade de vínculos e proteção social

Nesse sentido a ACES atende crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e suas famílias, em serviço tipificado como SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sendo este articulado ao trabalho com famílias realizados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, executado de forma indireta, como forma de prevenir as situações de risco e vulnerabilidades, assegurando o desenvolvimento de potencialidades, o fortalecimento de vínculos familiares/comunitários e contribuindo, também, na oferta de aquisições coletivas e individuais do público interessado.

Fonte: https://idsc-sp.cidadessustentaveis.org.br/profiles/valinhos-SP/indicators?utm_source

Fonte: https://infofinanceira.com.br/noticias/2025/04/24/valinhos-13-da-populacao-inscrita-no-bolsa-familia-e-bpc/?utm_source

VII – Objetivo Geral

Aprimorar a qualidade do atendimento prestado aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e garantir melhores condições de trabalho à equipe técnica, fortalecendo a infraestrutura física e administrativa da instituição, por meio da aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à cozinha e escritórios.

VIII – Plano de Metas/Atividades

Metas 1 (Atividade e)	Especificação da Meta (atividade): aprimorar a qualidade de atendimento prestado as 30 crianças e adolescentes do SCFV. Objetivo Específico da Meta (atividade): Assegurar o fornecimento de refeições aos usuários do SCFV, garantindo melhores condições de higiene, segurança alimentar e otimizar os espaços físicos da OSC. Resultados Esperados: Promover maior agilidade, organização e segurança nas atividades de alimentação diária das crianças e adolescentes atendidos e dos espaços de trabalho da equipe. Metodologia de execução (descrição da meta/atividade): Realização de mapa de cotação, atualização dos orçamentos, efetivação das compras, conferência das notas fiscais dos produtos adquiridos na entrega, incorporação ao patrimônio de acordo com o regulamento de compras, registros fotográficos, prestação de contas. Profissional Responsável Pela Execução: administrativo, coordenação e tesoureiro Tipo de Meta: ☒ Quantitativa ☐ Qualitativa quantificável ☐ Qualitativa não quantificável Periodicidade/Unidade de Fornecimento: ☒ Mensal ☐ Bimestral: ☐ Trimestral: ☐ Quadrimestral: ☐ Semestral: ☐ No exercício (anual): ☐ Única – apenas para meta qualitativa não quantificável <table border="1" style="width: 100%; text-align: center; border-collapse: collapse;"> <tr> <th>Mês 1</th><th>Mês 2</th><th>Mês 3</th><th>Mês 4</th><th>Mês 5</th><th>Mês 6</th><th>Mês 7</th><th>Mês 8</th><th>Mês 9</th><th>Mês 10</th><th>Mês 11</th><th>Mês 12</th></tr> <tr> <td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td></tr> </table> Período de realização do Projeto: 12 meses Indicadores de aferição: Nome do indicador: atendimento de 30 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos no SCFV com fornecimento de refeições. Unidade de Medida do Indicador: Previsto mensal: 30 Previsto Anual: 360 Percentual de aferição do indicador: Percentual Mínimo: 70% Percentual Máximo: 100% Meios de verificação dos Indicadores: Relatório atividades mensais, fotos, listas de	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12														
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X														

	presença e outros documentos - apresentados na plataforma eletrônica
--	--

IX – Recursos Humanos Envolvidos Diretamente no Projeto

Não se aplica

X – Recursos Financeiros

10.1 – Previsão de Receitas

10.1.1 – Fonte da Receita: Municipal

10.1.2 – Valor da Receita: R\$80.000,00 (oitenta mil reais)

10.1.3 – Cronograma de Repasse: Parcela única

Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
R\$80.000,00					
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

10.2 – Previsão de Despesa:

Tipo de Despesa	Valor Mensal	Valor Anual
Material Permanente		R\$80.000,00
TOTAL		R\$80.000,00

10.3 – Plano de Aplicação Detalhado

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Chapa Elétrica Light 150X52,5 cm Cbe1500L Metalcubas 220V / 1 unidade					
Valor Total : R\$4573,40					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
X					
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Geladeira Industrial 6 portas VCFRV6P Galv Std Venâncio (127V) / 1 unidade					
Valor Total : R\$9478,15					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
X					
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Freezer Industrial Congelados 2 Portas VCV2P STD Venâncio (127V) / 1 unidade					
Valor Total : R\$5920,95					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
X					
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

--	--	--	--	--	--

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Fatiador de Frios 178MC Bivolt Arbel / 1 unidade					
Valor Total : R\$1638,66					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
X					
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Batedeira Planetária 12 Litros Bpm12 St Bivolt Maná / 1 unidade					
Valor Total : R\$4626,42					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
X					
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Fritadeira Elétrica 2 Cubas Inox Fed20N Skymssen (220V) / 1 unidade					
Valor Total : R\$2199,16					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
	X				
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Fogão Industrial 6 Bocas 30X30 P7 com Forno Tampa de Vidro Standard Cristalaço / 1 unidade					
Valor Total : R\$2323,84					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
	X				
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Rechaud inox 8 litros 1/3 panelas banho maria 3 cubas buffet - JMA inox / 2 unidades					
Valor Total : R\$321,66					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
	X				
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Rechaud inox 9 litros 1/2 panelas banho maria 2 cubas buffet - JMA inox / 2 unidades					
Valor Total : R\$350,00					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
	X				
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

--	--	--	--	--	--

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Rechaud retangular aço inox 201 9 litros com 1 cuba buffet banho maria panelas brinovar / 2 unidades					
Valor Total : R\$426,10					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
	X				
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Liquidificador Industrial 4L Baixa Rotação LS4 Skymesen Bivolt / 1 unidade					
Valor Total : R\$1553,16					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
		X			
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Mesa com Tampo e Pés em Inox 180x70cm com Grade Inferior Cristalaço/ 1 unidade					
Valor Total : R\$2288,48					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
		X			
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Mesa Tampo Inox 150x70cm com Grade Inferior Cristalaço / 2 unidade					
Valor Total: R\$2227,38					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
		X			
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Mesa para refeitório, tampo em MDF, 2 colunas duplas TL / 2 unidades					
Valor Total: R\$2976,92					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
			X		
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Cadeira para refeitório sem braços em polipropileno estilo Parati / 30 unidades					
Valor Total: R\$2977,50					

Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
			X		
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Mesa para escritório diretor em L 3 gavetas 1 porta spring / 7 unidades					
Valor Total : R\$10237,50					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
				X	
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Cadeira Escritório Presidente giratória com braços/ 8 unidades					
Valor Total : R\$4903,20					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
				X	
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Longarina executiva costurada 3 lugares / 2 unidade					
Valor Total : R\$1451,80					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
				X	
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

Categoria/Natureza da Despesa: Material Permanente					
Despesa/Item de aquisição: Material permanente - Ar condicionado Midea 9.000 btus quente e frio inverter xtreme save connect r32 220v wifi / 6 unidades					
Valor Total : R\$19437,00					
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
					X
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

11 - Contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis

Prédio de 480m2 de construção com 3 salas, mais cozinha, refeitório, 4 banheiros: Valor estimado: R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Instrumentos musicais valor estimado: R\$19.000,00

Valinhos, 13 de julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **ALSIMIR MUZEL ABUCHAIN ARAÚJO**
Data: 16/07/2026 12:06:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alsimir Muzel Abuchain Araújo
Responsável Técnico pelo Plano de Trabalho

Documento assinado digitalmente
 **CLARA NORONHA DE OLIVEIRA QUEIROZ**
Data: 16/07/2026 11:49:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Clara Noronha de Oliveira Queiroz
Presidente OSC

ANEXO I

FORMULÁRIO COMPLEMENTAR AUDESP

Nome da Organização da Sociedade Civil: Associação Cristã Acolher Cuidar Ensinar e Servir

CNPJ: 29501992/0001-12

Data da Constituição da OSC: 20/09/2017

Estatuto:

Data de Registro da última versão: 20/09/2017

Artigo de referência da Finalidade Estatutária: Artigo 4º

Art. 4º - A Associação Cristã Acolher, Cuidar, Ensinar e Servir tem por finalidade:

I – promover a assistência social a todo o público interessado, incluindo homens, mulheres, crianças, idosos, deficientes e inclusive todas as minorias e excluídos, galgando assim combater a pobreza e fomentar o desenvolvimento econômico;

III – promover planos de educação de saúde básica, objetivando a prevenção de doenças e consumos de drogas;

IV – promover de direitos da população marginalizada, a fim de minorar as diferenças econômicas e sociais;

V - Preservar, defender e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;

VII - promover direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher e da criança, assessoria jurídica gratuita e combate a todo o tipo de discriminação racial, social, trabalho análogo à condição de escravo e trabalho infantil;

VIII – promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;

IX – promover programas de esporte, lazer e diversas atividades recreativas;

X – promover programas com escopo de fortalecimento de vínculos familiares e de reinserção de pessoas no âmbito familiar;

XII – promover incentivo à cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

XIII - promover segurança alimentar e nutricional, com escopo de divulgar e implantar alimentação saudável e com teor nutricional adequado;

XV - proporcionar serviços socioassistenciais de atenção às crianças, adolescentes, jovens, idosos e às suas famílias, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, prevenindo riscos pessoal e social, assegurando o convívio, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

XVI - atender crianças e adolescentes de 6 a 14 anos em horários diferenciados do período escolar, oferecendo atividades lúdicas, esportivas, culturais e atividades de reforço escolar;

XVII - contribuir para a inserção, reinserção e permanência das crianças no sistema educacional;

XVIII - atuar no desenvolvimento de programas, projetos, serviços e atividades com crianças, adolescentes, jovens, adultos e portadores de deficiência nas áreas da educação, saúde, lazer, cultura, desporto e meio ambiente, com a finalidade de assegurar a formação técnica, propiciando o conhecimento do mundo do trabalho e capacitando-os em diferentes habilidades, na perspectiva de ampliar o repertório cultural e a participação na vida pública, preparando-os para a obtenção de renda e autonomia;

XIX - promover o desenvolvimento de relações de afetividade, sociabilidade, convivência em grupo, acesso a conhecimentos e experimentação, além das atividades direcionadas ao esporte, lazer e expressão de manifestações culturais no período contrário a escola;

Data da ata da última eleição do Corpo Diretivo e Conselho Fiscal: 18/09/2023 / atualização em 26/01/2026

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome: Clara Noronha de Oliveira Queiroz
CPF: 06643778824
Data de Nascimento: 30/06/1964
E-mail institucional: clara@acesbrasil.org.br
E-mail pessoal: clara.noqueiroz@gmail.com
Cargo: Presidente
Mandato: de 23 /09_/2023 à 22/09/2026

Nome: Luciana Meire Ifanger Reolon
CPF: 274.343.928.94
Data de Nascimento: 28/09/1973
E-mail institucional: lucianafono.reolon@gmail.com
E-mail pessoal: lucianafono.reolon@gmail.com
Cargo: Vice-Presidente
Mandato: de 22/01/2024_ à 22/09/2026

Nome: Rodrigo Batista Reolon
CPF: 120.701.008-12
Data de Nascimento: 30/08/1962
E-mail institucional: roreolon@gmail.com
E-mail pessoal: roreolon@gmail.com
Cargo: tesoureiro
Mandato: de 23/09/23 à 22/09 /2026

Nome: Luiza Barsi de Sá Rodrigues
CPF: 463.259.518-75
Data de Nascimento: 26/11/1998
E-mail institucional: sadebarssiluiza@gmail.com
E-mail pessoal: sadebarssiluiza@gmail.com
Cargo: secretária
Mandato: de 26_/01_/2026 à 22/09 /2026

CONSELHO FISCAL

Nome: Adenilson de Faria
CPF: 26892665802
Data de Nascimento: 23/05/1977
E-mail institucional: adenilsonmda@gmail.com
E-mail pessoal: adenilsonmda@gmail.com
Cargo: Conselheiro Titular fiscal
Mandato: de 26_/01_/2026 à 23/09/2026

Nome: João Carlos Bordini
CPF: 045.314.308.32
Data de Nascimento: 01/05/1963
E-mail institucional: joaobordini@hotmail.com
E-mail pessoal: joaobordini@hotmail.com
Cargo: Primeiro Conselheiro Fiscal
Mandato: de 23/09/2023 à 22/09/2026

Nome: Maria Aparecida Noronha de Oliveira
CPF: 120.442.638.40
Data de Nascimento: 16/02/1965
E-mail institucional: maroca.noronha@gmail.com
E-mail pessoal: maroca.noronha@gmail.com
Cargo: Segundo Conselheiro Fiscal
Mandato: de 23/09/2023 à 22/09/2026

RELAÇÃO DE BENS CEDIDOS

Houve cessão/permissão de uso de bens móveis? () sim (X) não
Se sim: decreto nº _____ data ____/____/____

Houve cessão/permissão de uso de bens imóveis? () sim (X) não
Se sim: decreto nº _____ data ____/____/____